

Ensino público não é dádiva

Coluna
JULIO LOPES

O Governo acaba de anunciar o mais ambicioso projeto educacional dos últimos 20 anos: ao custo de US\$ 1,8 bilhão, serão construídos cinco mil Cieps federais, onde 250 mil professores educarão 3,5 milhões de alunos. Os números são astronômicos, mas, como as carências educacionais brasileiras também roçam o infinito, atende-se, assim, ao velho princípio de que, para grande mal maior remédio. As medidas de impacto, recheadas de números grandiosos, exercem uma espécie de poder hipnótico sobre o brasileiro. E assim, ficamos mais uma vez sem discutir o que nos diz respeito, seja pelo volume dos recursos, seja por se dirigirem à resolução de um problema que nos enche de vergonha diante do mundo civilizado, que é o abandono e a violência impostos à criança brasileira.

Nenhuma pessoa em sã consciência condenaria, em princípio, a destinação de verbas públicas à educação. Mas num país onde todos opinam e poucos estudam os problemas a fundo, essas medidas passam sem maiores discussões, e muitas vezes, ao invés de resolverem o problema, acabam gerando um desperdício criminoso. Foi assim com o Mobral, trombeteado aos quatro ventos, e cujo gigantismo mostrou-se muito mais apropriado à lerdeza do paquiderme que à sua força.

20 JUN 1991
Não basta denunciar os erros. É muito mais instrutivo e proveitoso explicá-los, buscar suas causas e alertar para seus perigos. No que tange a esse megaprojeto do Governo, o que aparece em primeiro lugar é a falácia de que, mais uma vez, estamos embarcando numa promessa gigantesca, um programa construtivo de dimensões faraônicas, sem atentar para sua exequibilidade e sem discutir sua adequação às peculiaridades do modelo real.

Cada um dos Cieps federais — que o Governo prefere chamar de “casas comunitárias” — terá capacidade para 700 alunos. Mas quem disse que esse é, em qualquer caso, o tamanho adequado, quer do ponto de vista educacional, quer do operacional e de custos? Há diversos bairros do Rio, de São Paulo e de outras grandes concentrações urbanas, em que a carência de vagas é até bem maior que isso. Mas há muitíssimas outras comunidades onde uma escola desse porte gerará uma formidável capacidade ociosa, que se manterá por prazo indeterminado, ou pelo menos indeterminável.

Enquanto isso, milhares de escolas pelo Brasil afora estão funcionando precariamente, ou desativadas, por falta de condições mínimas de operacionalidade. Algumas simplesmente ameaçam desabar. Há uma carência generalizada de equipamentos, material didático e sobretudo de professores. E com as atuais falhas de remuneração, a ausência

total de critérios de avaliação, de padrões didáticos diferenciados, de treinamento e atualização, o professorado desmotivado só pensa em mudar de profissão — ou entrar em greve.

Se tomarmos o exemplo do Rio de Janeiro, veremos que a população da rede escolar pública, em 1991, é a mesma, ou menor, em termos absolutos, do que a de 1970. A evasão escolar é um fato, que se agrava a partir da 6ª e da 7ª séries, determinando uma população ínfima na 8ª série, quando a maioria dos alunos já abandonou o processo educativo. Porque a escola não soube atraí-los e mantê-los. Porque não exerceu, adequadamente, seu papel no sentido de um efetivo exercício da cidadania, e de uma preparação para a vida prática na sociedade.

Todas essas questões são relevantes, e devem ser debatidas pela sociedade, pois é dela que sairão os recursos, e para ela que voltarão os resultados, bons ou péssimos. A revisão e o planejamento do modelo educacional brasileiro têm de passar, inadiavelmente, pela consulta a seus usuários. É a partir dela que se delinearão o tipo, o tamanho e a localização da escola; sua orientação didática, seu currículo e seus objetivos. Sem essa participação efetiva dos usuários, a educação continuará sendo uma espécie de dádiva, que o Estado, senhor magnânimo, concede aos seus súditos.